RISCO DE ATAQUE INTERNO

O ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira apresentou proposta no Senado de uma votação paralela no dia da eleição com cédulas em papel como teste de confiabilidade das urnas eletrônicas. Técnicos militares alertaram, na ocasião, que as urnas eletrônicas são pouco sujeitas a ataques externos, mas podem sofrer ameaças internas de códigos maliciosos depositados antecipadamente no equipamento. O presidente do TSE, Edson Fachin, não foi ao Senado. Leia mais em PROCESSO ELEITORAL.

JORNAL O PODER UM PASSO À FRENTE

BRASIL

Quinta-feira, 14 de julho de 2022- nº 578.
Às 19 horas

Projeto: **José Nivaldo Junior.** Dir. de Redação: **Antônio Magalhães.** DF: **Hylda Cavalcanti.** PB: **Severino Lopes** Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues.**

DE VOLTA À NORMALIDADE

Depois de uma tramitação conturbada na Câmara dos Deputados, foi finalmente promulgada pelo Congresso, na noite de hoje, a Emenda Constitucional dos Benefícios Sociais. O presidente Bolsonaro esteve presente ao evento. Ele disse que os benefícios aprovados contribuirão para reduzir a inflação no próximo ano e destacou que o País está voltando à normalidade. Veja cobertura nesta edição.

EM PRIMEIRA MÃO

BOLSONARO ALIVIADO. PEC PROMULGADA

O presidente Bolsonaro participou nesta noite da promulgação pelo Congresso da Emenda Constitucional que estabeleceu uma série de benefícios sociais que passam a ser distribuídos a partir de agosto, como aumento do auxílio Brasil e do Vale-Gás, a distribuição de vaucher de combustível para caminhoneiros e taxistas. APEC teve um valor total de R$ 41,2 bilhões.

COMPENSADA PERDA COM ICMS MENOR

O Congresso derrubou agora à tarde veto do presidente Jair Bolsonaro à lei que prevê compensação aos Estados por possível perda na arrecadação do ICMS. A lei estabelece um teto de 18% para a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Dessa forma, a União volta a ser obrigada a compensar os Estados pela perda de arrecadação decorrente desse novo teto definido para o imposto.

CADASTRO ATUALIZADO ATÉ OUTUBRO

O Ministério da Cidadania prorrogou os prazos para a atualização de dados das famílias inscritas no cadastro único, beneficiárias do Auxílio Brasil. A resolução publicada hoje prevê que os beneficiários do Auxílio Brasil que estão em revisão cadastral terão até 14 de outubro para atualizar as informações.

ARGENTINOS NÃO SUPORTAM CRISE

A Argentina viveu hoje mais um dia de protesto contra o governo de Alberto Fernández. Milhares de desempregados e trabalhadores informais se concentraram no Obelisco, em Buenos Aires, para se manifestar contra o agravamento da crise social e exigir o aumento de auxílios governamentais para enfrentar os constantes aumentos de preço. A inflação anual argentina está em 60%.

Magno Martins

LULA ADORA LUXAR

Nos dois dias em que passou em Brasília para contatos políticos, ao longo desta semana, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato do PT ao Palácio do Planalto, se hospedou na melhor suíte presidencial do hotel de luxo Meliá. Com 183 metros quadrados, o espaço é reservado na internet por uma diária de R$ 6 mil. A suíte ocupada pelo petista, segundo anúncio do hotel, é destinada para hóspedes que vão se "sentir especiais".

E JANJA TAMBÉM

A super suíte tem dois quartos, duas salas, uma cozinha completa, dois banheiros, um lavabo e dois halls. Há, ainda, uma sala de jantar para oito pessoas. A conta da hospedagem deve sair do Fundo Partidário. A socióloga Rosângela Silva, mulher de Lula, conhecida como Janja, se hospedou com o ex-presidente. Lula ficou na suíte que é oferecida a preço cheio por R$ 9,2 mil, sem o desconto da internet. Janja também adora luxar mandando a conta para o PT.

CONTRAPONTO

No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (PL) fica em residências oficiais quando em deslocamento. No exterior, desde que assumiu, tem feito vídeos para se contrapor aos governos do PT, dizendo que não se hospeda com dinheiro do contribuinte. Em novembro, porém, ele próprio fez uma gravação para mostrar a suíte de luxo em que ficou no Bahrein, no Oriente Médio, paga pelo anfitrião.

AUMENTO

Bolsonaro colocou sob sigilo gastos do cartão corporativo, o que inviabiliza identificar despesas nas viagens internacionais. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), publicada pela Veja, apontou que os deslocamentos do presidente e do vice Hamilton Mourão, assim como de suas equipes de apoio, custaram mais de R$ 16 milhões de 2019 até março do ano passado. Não foram encontradas irregularidades, mas a Corte apontou aumento nos gastos de viagens.

SEM LUXO

Adversária de Lula e Bolsonaro, a senadora Simone Tebet (MS), pré-candidata do MDB ao Planalto, disse que não usa a suíte presidencial "em nenhum momento". Simone afirmou que a escolha de hospedagens é feita "levando em consideração a eficiência dos deslocamentos e dentro de um padrão do bom senso dos investimentos dessa rubrica, sem buscar luxo".

Postado em www.opoder.com.br

Antonio Magalhães

PEC ALIVIA MUNICÍPIOS

A Câmara dos Deputados aprovou hoje uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a União de impor ou transferir gastos públicos para Estados e municípios sem a previsão da fonte de recursos ou compensação financeira. O texto, que passou pelo Senado em 2015, vai à promulgação.

DESPESA SÓ COM VERBA NA FRENTE

Pelo texto, nenhuma lei poderá criar ou aumentar despesa que tenha sido antes fixada no Orçamento anual. As únicas despesas ressalvadas são as decorrentes da fixação do salário mínimo e as obrigações assumidas espontaneamente por governadores e prefeitos. A proposta é defendida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Sem a PEC, as novas medidas poderiam gerar cerca de R$ 73 bilhões de prejuízos aos municípios.

COMPRA DE IMÓVEIS COM PRAZO MAIOR

O Senado aprovou a Medida Provisória (MP) que amplia o prazo máximo para empréstimos imobiliários financiados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), dos atuais 30 anos para 35 anos. O texto segue para sanção presidencial. A MP também autoriza o uso de R$ 3 bilhões do FGTS para garantir operações de microcrédito e muda as normas sobre as infrações por falta de recolhimento de valores ao fundo pelas empresas.

PIB MAIOR DO QUE O ESPERADO

O ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que o Brasil deverá registrar crescimento econômico e analisou a situação dos Estados Unidos e da Europa, projetando uma crise maior do que a esperada. O ministro afirmou que o PIB deverá apresentar um resultado melhor do que o esperado e revisou a previsão de crescimento em 2022 de 1,5% para 2%. Já para 2023, a previsão de crescimento foi mantida em 2,5%.

SANTANDER DEVOLVE DINHEIRO

O Santander vai ressarcir cerca de R$ 79, 2 milhões a pouco mais de 700 mil clientes por ter violado algumas regras de cobrança na operações de cheque especial e parcelamento de cartão de crédito, além de cobrança indevida de microempresários e empreendedores individuais em operações via Pix.

ACORDO COM O BANCO CENTRAL

O Santander fez um acordo público com o Banco Central, que foi publicado em 3 de maio, mas o assunto só veio à tona nesta semana. As infrações foram cometidas entre janeiro de 2014 e fevereiro de 2022. O banco também ficou responsável por pagar R$ 8,05 milhões da chamada contribuição pecuniária (espécie de multa, mas que funciona como uma compensação por uma conduta não aprovada).

RÁDIO ESPORTIVO PAGO

Políticos contrários ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, que prevê cobrança às rádios por transmissões esportivas, acreditam na derrubada da matéria no Senado Federal. O líder do governo, senador Carlos Portinho (PL), indicou que a possibilidade de taxar um bem levado gratuitamente à população é inconcebível: "Essa hipótese nunca passou quando o projeto da Lei Geral do Esporte tramitou no Senado. Nunca passou pela cabeça de nenhum dos nossos senadores".

Postado em www.opoder.com.br

JORNAL
O PODER
UM PASSO À FRENTE

Canal Telegram

Receba todas as matérias do Jornal O Poder em tempo real no seu Telegram. Acesse e participe:
https://t.me/jornal_o_poder

PEC DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

LIRA: PEC MANTÉM TETO DE GASTOS

Com a Agência Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou em entrevista que a aprovação da PEC do Estado de Emergência (Proposta de Emenda à Constituição 15/22) não representará uma ruptura no teto de gastos. "É diferente do que muita gente está dizendo, essa PEC está embasada em R$ 41 bilhões de R$ 65 bilhões que serão provenientes de dividendos da Petrobras e da venda da Eletrobras", disse Lira.

PRAZO DE VALIDADE

"Não há furo de teto de gastos, essa receita é prevista e a PEC tem prazo de validade", reiterou o presidente da Câmara logo após os dois turnos de votação no Plenário. "Ninguém está cometendo nenhum tipo de estelionato", disse. Segundo ele, medidas para elevar a renda da população, garantido o respeito às contas públicas, deverão ser discutidas na elaboração do Orçamento da União para 2023. A proposta do Poder Executivo será enviada no final de agosto.

SUPORTE DO ORÇAMENTO

"É preciso encontrar caminhos para o suporte orçamentário dessas despesas se por acaso quisermos perenizar isso lá na frente. Hoje nós não temos essa abertura orçamentária, nós temos abertura financeira", afirmou Arthur Lira.

TEM RECURSOS DE SOBRA

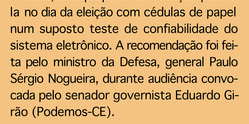
Para o presidente da Câmara, "o Brasil tem recursos de sobra" e poderia investir mais se já tivesse feito reformas estruturantes. Uma melhora nas contas públicas, segundo ele, deixaria de lado o teto de gastos, permitindo a criação de um piso de gastos. "Nenhum país grande e desenvolvido do mundo tem teto de gastos, tem é liberdade para atender a sua população", disse Arthur Lira.

Postado em www.opoder.com.br

PROCESSO ELEITORAL

MILITARES PROPÕEM VOTAÇÃO PARALELA

Com o Estadão



As Forças Armadas apresentaram hoje, no Senado, uma proposta de votação paralela no dia da eleição com cédulas de papel num suposto teste de confiabilidade do sistema eletrônico. A recomendação foi feita pelo ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, durante audiência convocada pelo senador governista Eduardo Girão (Podemos-CE).

SEGUNDA URNA

Além da votação na urna eletrônica normal, os militares sugerem que seja instalada uma segunda urna para efeito de teste e ainda uma votação em cédula de papel para verificar se o que o equipamento eletrônico registrou é o mesmo que foi marcado fisicamente. Essa votação em cédula seria feita ou por servidores da Justiça eleitoral ou mesmo por eleitores convidados no dia da eleição.

TESTE DE INTEGRIDADE

O chefe da equipe das Forças Armadas no grupo de Fiscalização do Processo Eleitoral, coronel do Exército Marcelo Nogueira de Sousa, propôs, então, o "teste de integridade na seção eleitoral", após as lacração das urnas e dos sistemas, uma etapa a mais de verificação dos sistemas eletrônicos do que o TSE prevê atualmente, a impressão do boletim de urna e uso de pelo menos duas urnas eletrônicas, uma para a votação oficial e outra paralela destinada a testes.

AMEAÇAS INTERNAS

Para técnicos militares, as urnas eletrônicas são pouco sujeitas a ataques externos, como invasões por hackers, mas podem sofrer ameaças internas de códigos maliciosos depositados antecipadamente na urna (hardware) ou nos programas computacionais (software) que são carregados nelas para processar a votação.

TESTE NO DIA DA ELEIÇÃO

Segundo eles, o teste no dia da eleição, com uso de biometria, evitaria que um código malicioso oculto (também chamado malware), programado para operar somente dentro de determinadas condições mais próximas do ritmo de votação de uma eleição em si, escape de testes de integridade anteriores.

URNAS RESERVAS SEM TESTAGEM

Uma das hipóteses é que um eleitor cooptado com interesse de fraudar o pleito acione o malware a partir da digitação de uma senha. Ou o código poderia ser instalado de forma latente em urnas reservas, que são usadas em caso de falhas de equipamentos e substituem urnas eletrônicas defeituosas. As urnas reservas não costumam passar por testagens, segundo os militares, e cerca de 10% são trocadas no dia da votação.

Postado em www.opoder.com.br

DISPUTA EM BRASÍLIA

Hylda Cavalcanti

MUDANÇA NA CHAPA DE IBANEIS

O ambiente político do Distrito Federal é de turbulência e divisão, por conta das mudanças na sua chapa de reeleição anunciadas pelo atual governador, Ibaneis Rocha (MDB). Ele estava fechado como pré-candidato numa chapa com a ex-ministra da Secretaria de Governo, Flavia Arruda, (PL) candidata ao senado. Mas com a liberação, pela Justiça, do ex-governador José Roberto Arruda para disputar um cargo nestas eleições, tudo mudou.

DAMARES

Ibaneis anunciou ontem (13) a deputada federal Celina Leão (PL-DF) como sua candidata a vice-governadora e como candidata ao Senado pelo DF, a ex-ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damares Alves. Disse que tomou a decisão após ouvir líderes e o chefe da Casa Civil do governo Bolsonaro, ministro Ciro Nogueira.

DIVISÃO

Ibaneis vem figurando em primeiro lugar nas pesquisas entre os candidatos ao GDF, mas se Arruda puder mesmo entrar no páreo, a situação fica mais complicada, com risco de 2° turno e até mesmo de Arruda vencer o pleito. Flávia, que é esposa de Arruda, afirmou que apesar da decisão do governador, continua candidata ao Senado com a anuência do marido. E confirmou o racha na parceria com Ibaneis.

PALANQUE

Com isso, o xadrez político de Brasília e Regiões Administrativas começa a se mover. Lideranças que antes juravam apoio a Ibaneis e a Flávia (e a Arruda, por tabela), agora terão de escolher com quem vão ficar nestas eleições. Ao fazer o anúncio da chapa, o governador disse que consolidou "um belíssimo palanque para o presidente Jair Bolsonaro, que não precisa ter dúvidas do nosso apoio". Por parte de Arruda, a estrada ainda é nebulosa até 3 de agosto quando o Judiciário decidirá se revoga ou consolida decisão em relação a ele. Mas o ex-governador já vem mantendo contatos com integrantes do PSDB e do União Brasil no DF.

Postado em www.opoder.com.br

STJ DECIDE

SUS NÃO COMPRA REMÉDIO DE R$ 12 MILHÕES

Hylda Cavalcanti

De nada adiantou a campanha de parentes de pessoas portadoras de amiotrofia muscular espinhal tipo 1 (AME) para conseguir o Zolgensma, considerado o remédio mais caro do mundo. Várias famílias entraram na justiça reivindicando direito a este medicamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Algumas ganharam, outras perderam a causa. Esta semana, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que como o remédio não tem comprovação científica da sua eficácia nem da imprescindibilidade do tratamento, "não há como obrigar o SUS a custeá-lo".

ALÍQUOTA

Em 2020, o Executivo zerou a alíquota de importação do medicamento, para facilitar sua aquisição por Estados e municípios. A AME é uma doença degenerativa rara que interfere na capacidade do corpo humano de produzir proteína essencial para a sobrevivência dos neurônios motores. E o Zolgensma é considerado, no mundo inteiro, como o único remédio para tratar a doença.

ÚNICA DOSE

Segundo especialistas, uma única dose tem o potencial de deter completamente o avanço da AME, permitindo o desenvolvimento do paciente. O problema é o seu custo: R$ 12 milhões. Até o surgimento do Zolgensma, o único tratamento para a AME era o remédio Spinraza, fornecido pelo SUS, mas que apenas retarda temporariamente a doença. Além disso, o paciente precisa de aplicações a cada quatro meses, ao custo de R$ 250 mil por ampola.

CONITEC

A relatora da ação no STJ, ministra Assuzete Magalhães, disse que seu voto tomou como base estudo da Comissão Nacional para a Incorporação de Tecnologias em Saúde (Conitec). Ela também citou parecer do Hospital Sírio Libanês neste mesmo sentido. "Ainda que exista indicação médica e que a gente entenda a aflição dos familiares, isso não anula as conclusões de instâncias ordinárias sobre o caso", afirmou.

Postado em www.opoder.com.br

PLANOS DE SAÚDE

CONGRESSO AVALIA ROL TAXATIVO

Com a Agência Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou esforço concentrado para votações no Plenário de 1° a 5 de agosto. A pauta, segundo ele, será definida de acordo com as votações do Senado e deve incluir medidas provisórias e o rol taxativo da Agência Nacional de Saúde (ANS) sobre a cobertura dos planos de saúde.

PAUTA CONJUNTA

O presidente da Câmara destacou a necessidade de definir a pauta em conjunto com o Senado. "Ou teremos acordo entre Câmara e Senado para tratar deste assunto, ou não vai haver pressão só na Câmara para tratar deste assunto e vender esperança para pessoas que realmente precisam dessa solução, como se já tivesse o assunto resolvido."

DISCUSSÃO SENSÍVEL

Arthur Lira espera que o texto seja definido com sensibilidade para não prejudicar os diferentes atores envolvidos. "Que resolva toda a situação olhando de fora. Que atenda as famílias, que não quebre os pequenos. Tenha o cuidado como a gente teve nos quimioterápicos orais", afirmou.

FAMÍLIAS PROCURAM DEPUTADOS

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) relatou que muitos deputados têm sido procurados por famílias prejudicadas por negativas dos planos de saúde para cobertura de tratamentos não previstos na lista do rol taxativo. "O grupo de trabalho da Câmara produziu resultado, que poderia ser apreciado apenas pela Câmara, mas será apreciado em acordo com o Senado", elogiou.

Postado em www.opoder.com.br

VACINA BABY

CORONAVAC PARA CRIANÇAS DE 3 A 5 ANOS

Com o Estadão

O uso da vacina Coronavac, contra a Covid- em crianças de 3 a 5 anos foi autorizado por unanimidade ontem pela diretoria da Anvisa. O imunizante, produzido pelo Instituto Butantã, era autorizado apenas para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. Com isso, a Coronavac passa a ser a primeira permitida para crianças de 3 e 4 anos no Brasil. Atualmente, a Pfizer está disponível apenas para crianças maiores de 5 anos.

DEMORA NA APROVAÇÃO

A aprovação para o uso da Coronavac em crianças com faixa etária entre 3 e 5 anos era estudada desde janeiro, quando começou a imunização de crianças de 5 a 11 anos no país. Contudo, os dados apresentados pelo Butantã à Anvisa foram considerados insuficientes para tal medida.

NOVO PÚBLICO

Dois meses depois, outro pedido foi enviado pelo instituto para incluir o novo público. Em junho, a agência de saúde recebeu novos dados sobre a Coronavac e a aprovação saiu ontem durante reunião da diretoria da Anvisa.

Postado em www.opoder.com.br

EFEITOS DA GUERRA

RUSSOS RECEBEM AMEAÇAS NO BRASIL

Com a Agência Brasil

Uma ameaça de bomba na Embaixada da Rússia, no Setor de Embaixadas Sul da capital federal, movimentou o Corpo de Bombeiros e as polícias Civil e Militar, no fim da manhã desta quinta-feira (14). Segundo o Corpo de Bombeiros, mais cedo, a segurança da embaixada recebeu uma ligação telefônica em que uma pessoa ameaçava explodir o local com uma bomba. Os agentes de segurança foram chamados e realizaram uma varredura na área da embaixada.

OBJETO ENVIADO À EMBAIXADA

A operação foi batizada de Petardo, em referência ao um objeto encontrado na embaixada. O Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Policia Militar cercou o local e solicitou aumento do perímetro de segurança. O trânsito nas vias próximas foi interditado.

PACOTE DETONADO

O esquadrão antibombas examinou uma encomenda deixada na sede da representação diplomática. Como procedimento de segurança, o pacote foi detonado. Cinco viaturas do Corpo de Bombeiros e uma para o monitoramento de produtos perigosos, como artefatos tóxicos e químicos, também estão no local.

Postado em www.opoder.com.br

SEXO E RELIGIÃO

Carlos André Cavalcanti
Historiador da UFPB e pós-doutor em Ciências da Religião

Se existe um tema tabu quando se estuda as religiões, é a sexualidade. As Ciências das Religiões encaram o assunto cientificamente, com muito respeito e sem os impedimentos canônicos, que não cabem na vida acadêmica. Já comentamos aqui o amor e o casamento de uma forma geral. Ambos, porém, só têm sentido quando analisados em conjunto com a história da sexualidade....

DE ONDE VEM O TABU?

O tabu é culturalmente necessário, como indica a antropologia, mas isso não pode ser pretexto para atos humanamente excluidores. Ou seja, assim como o tabu é culturalmente considerado natural, a diversidade também o é. Existe uma tensão permanente entre respeitar e/ou inovar. Quando o assunto é sexo, esta tensão aumenta cerceando a visão! Em geral, a religião tenta normatizá-la.

NATUREZA

O sexo, porém, não é "só cultura", posto que também é "da natureza" deste primata que somos nós, os sapiens. O difícil é normatizar a natureza.... Os clérigos e fiéis do mundo todo em muitas e muitas religiões, conhecem bem esta dificuldade. No Brasil contemporâneo, a posição reacionária do Fundamentalismo Religioso cristão tem, in-fe-liz-men-te, tentado impor valores exclusivistas que não parecem emanar do Mestre Jesus. A luta pela Diversidade Religiosa implica na luta pelo respeito à Diversidade de Gênero, que existe desde que a raça humana surgiu.

AMOR E SEXO

Na vida cotidiana brasileira, o amor romântico de origem imperial inglesa (séc. 19) ainda compõe majoritariamente as matizes socialmente aparentes dos relacionamentos amorosos. O antigo romantismo, porém, leva a uma questão: é possível ser romântico e desejar livremente? Para o romantismo, não. Os estímulos sociais, contudo, vão no sentido contrário. Tanto as mudanças nas relações amorosas quanto o surgimento de novas formas de casais e famílias, são fatos juridicamente consolidados, mas ainda repudiados pelo fundamentalismo.

MODELOS

Já temos no Brasil uma sociedade multifacetada e ricamente diversa, mas a insistência em empobrecer o debate, assusta. Como uma república laica que somos, a liberdade sexual em atos consentidos não é questionável. Nosso desafio está em aceitar as muitas formas de amar como algo que não pode ser posto em questão toda vez que, por exemplo, um parlamentar "religioso" decide transformar seus recalques em lei coletiva a ser imposta a todxs. Viver e desejar a multiplicidade é um fato portador de futuro.

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE
www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS

JORNAL O PODER
POLÍTICA & MERCADO

A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO
WWW.JORNALOPODER.COM.BR
ACESSE E ASSINE GRÁTIS
19H NO SEU CELULAR

Fale conosco, sugestões e críticas:
contato@jornalopoder.com.br

Sugestões de pauta:
redacao@jornalopoder.com.br

Anuncie:
comercial@jornalopoder.com.br

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS